



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº42/2023

Período: 11/11/2023 - 17/11/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Operação Trapiche realiza prisão de suspeitos de ligação com o grupo extremista Hezbollah e causa desconforto entre autoridades brasileiras e governo israelense
- 2- Nova delação do tenente-coronel Mauro Cid indicou a ex-primeira dama Michelle e Eduardo Bolsonaro como incentivadores de golpe de Estado
- 3- Coronel da reserva é alvo de investigação por ameaçar ministro da Justiça
- 4- Protagonismo das Forças Armadas na elaboração da política de Defesa Nacional gera questionamentos sobre participação da sociedade civil
- 5- STF considera Justiça Militar apta a processar e julgar civis em “tempos de paz”
- 6- Fronteira do Egito é fechada novamente e adia repatriação de brasileiros em Gaza
- 7- Exército restaura Ford Galaxie 500 do ex-presidente Juscelino Kubitschek
- 8- Governador do Paraná pretende manter projeto de escolas cívico-militares
- 9- Exército nega ter protegido acampamento golpista e CGU afirma que a instituição está omitindo informações

1- Operação Trapiche realiza prisão de suspeitos de ligação com o grupo extremista Hezbollah e causa desconforto entre autoridades brasileiras e governo israelense

O jornal *Correio Braziliense* retratou a Operação Trapiche, coordenada pela Polícia Federal (PF) em regiões dos estados de São Paulo e Minas Gerais e no Distrito Federal, que teve como alvo suspeitos de ligação com o grupo terrorista Hezbollah, que "estariam na fase de recrutamento" e em suposto envolvimento com preparação de atos extremistas. Segundo o jornal, um dos dois presos é morador de Brasília e foi detido ao retornar do Líbano, no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Em editorial, o *Correio* afirmou que "A Operação Trapiche é resultado de investigações que a Divisão de Enfrentamento ao Terrorismo da PF instaurou após o FBI encaminhar às autoridades brasileiras uma lista de brasileiros (...) supostamente ligados a organizações terroristas". A detenção dos suspeitos gerou desconforto entre o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, e o governo brasileiro, já que o gabinete de Netanyahu lançou uma nota que sugeria que a prisão dos suspeitos pela Polícia Federal brasileira teria ocorrido a mando do governo israelense. O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que "nenhuma força estrangeira manda na Polícia Federal". Segundo O *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, o suspeito detido em São Paulo e morador de Brasília narrou que recebeu cerca de R\$2.200 para viajar a Beirute e que só descobriu que se tratava de um recrutamento quando chegou à capital libanesa. Ainda de acordo com o *Estadão*, "(...) os presos e outros brasileiros investigados planejavam ataques a prédios da comunidade judaica no

Brasil. Os investigadores afirmaram, ainda, que sinagogas estavam sendo monitoradas e fotografadas". Ambos os acusados negam as afirmações. Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stump afirmou que o governo brasileiro perdeu a ingenuidade ao perceber que novas ameaças estão assolando o país, a exemplo do narcotráfico e do terrorismo por meio do Hezbollah. Segundo o jornalista, é preciso "prevenir e capacitar as Forças Armadas para defender as fronteiras das invasões dos traficantes e, agora, dos terroristas". (*Correio Braziliense* - Política - 11/11/23; *Correio Braziliense* - Opinião - 11/11/23; *Correio Braziliense* - Opinião - 13/11/23; *Folha de S. Paulo* - Mundo - 11/11/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 11/11/23)

2- Nova delação do tenente-coronel Mauro Cid indicou a ex-primeira dama Michelle e Eduardo Bolsonaro como incentivadores de golpe de Estado

De acordo com o *Correio Braziliense*, o tenente-coronel Mauro Cid afirmou, em nova delação à Polícia Federal, que o senador Magno Malta (PL-SE) e o ex-ministro Onyx Lorenzoni (PL-RS) participaram de grupo que incentivava Jair Bolsonaro (PL) a dar um golpe de Estado e impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Mauro Cid, a ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, e o deputado e filho de Jair, Eduardo Bolsonaro, também fariam parte do grupo. O grupo em questão defendia a aplicação de um golpe por Bolsonaro, justificando que o ex-chefe do Executivo teria pleno apoio da população e dos CACS (Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores), que obtiveram o acesso às armas de fogo durante o seu governo. Em defesa, Jair e Michelle declararam as acusações "absurdas". Em coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva avaliou a delação de Mauro Cid como "devastadora" para Bolsonaro e seus aliados, pois denuncia o funcionamento do chamado gabinete do ódio, bem como obriga o ex-presidente a modificar a narrativa sobre o tenente-coronel, seu ex-aliado, julgando-o agora enquanto um "mentiroso". (*Correio Braziliense* - Política - 11/11/23; *Folha de S. Paulo* - Colunas e Blogs - 11/11/23)

3- Coronel da reserva é alvo de investigação por ameaçar ministro da Justiça

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, "determinou que a Polícia Federal apure uma fake news divulgada contra o próprio magistrado, o general Decio Schons e o comandante do Exército, Tomás Paiva", após Décio Schons alegar ter recebido questionamentos acerca de um vídeo no Youtube que "citava um suposto 'conluio' de Paiva com o ministro do Supremo". Ademais, as investigações se estenderão para o caso de ameaças direcionadas ao ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, realizadas pelo coronel da reserva José Plácido Matias dos Santos. O coronel teria feito publicações em defesa de uma rebelião por parte dos militares, no dia 8 de janeiro, e teria dito a Flávio Dino: "Sua purpurina vai acabar". Pela investigação militar, José Plácido foi acusado de incitação "à violência, à indisciplina ou à prática de crime militar". (*O Estado de S. Paulo* - Política - 11/11/23)

4- Protagonismo das Forças Armadas na elaboração da política de Defesa Nacional gera questionamentos sobre participação da sociedade civil

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está encaminhando o processo de atualização dos documentos de Defesa Nacional sem a participação da sociedade civil. Previsto em legislação, o Livro Branco da Defesa Nacional deve ser reavaliado de quatro em quatro anos e direciona o planejamento "das ações de defesa do país, abarcando por exemplo a definição de programas para investimento e ameaças à soberania nacional". Todavia, o processo prossegue sem participação de especialistas, pesquisadores e sociedade civil, apesar da previsão destas participações em suas normas formativas. O Ministério da Defesa é o responsável por convidar órgãos, entidades públicas e membros da sociedade civil para participar do processo. Em defesa, o Ministério relatou que houve convite para as "comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara e à Assessoria Especial do Presidente da República". A *Folha* ouviu especialistas favoráveis a uma maior abertura da discussão sobre a atualização dos documentos de Defesa, dentre estes, a professora Maria Vitelli, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a qual afirmou que a sociedade civil possui pouca participação nas formulações de políticas de Defesa e reforçou a necessidade de um grupo de servidores civis dentro do Ministério da Defesa. Já o professor Eduardo Svartman, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, relatou "um progressivo fechamento dos espaços de interlocução". Por fim, para o professor Alcides Costa Vaz, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, falta, sobretudo, "um mecanismo institucional que defina organizações ou entidades que devam ser ouvidas". O prazo para o fim dos trabalhos de elaboração da atualização do Livro Branco é maio de 2024. (*Folha de S. Paulo - Política - 11/11/23*)

5- STF considera Justiça Militar apta a processar e julgar civis em "tempos de paz"

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a Justiça Militar a julgar civis em tempos de paz. O caso segue em análise pelo plenário virtual do Supremo. O processo surgiu quando um civil foi denunciado pelo Ministério Público Militar por oferecer propina a um oficial. A defesa do acusado acredita que o processo deve prosseguir pela justiça comum. Favoráveis à decisão de tornar a Justiça Militar apta para processar e julgar não-militares durante os chamados 'tempos de paz', votaram os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Luís Roberto Barroso, Kassio Nunes Marques e Luiz Fux. A alegação de Moraes é de que "(se) 'crimes de militares' devem ser julgados pela Justiça comum quando não definidos em lei como crimes militares, 'crimes militares', mesmo praticados por civis devem ser julgados pela Justiça Militar quando assim definidos pela lei e por afetarem a dignidade da instituição das Forças Armadas". (*Folha de S. Paulo - Política - 11/11/23*)

6- Fronteira do Egito é fechada novamente e adia repatriação de brasileiros em Gaza

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a fronteira no posto de Rafah, no Egito, foi novamente fechada na tarde de 10/11/2023 em razão de suspeitas de que o Hamas estaria utilizando a passagem para infiltrar combatentes, além de relatos de intensos conflitos que impediam a passagem. Alertado por Israel da autorização da passagem de brasileiros, o Itamaraty se mobilizou enviando diplomatas ao Egito, juntamente com o avião da Presidência, um VC-2, que esperava para decolar. Brasileiros não se

encontravam nas seis primeiras listas de autorizados a deixar Gaza, lista controlada por Israel. De acordo com a Folha, "No intrincado arranjo de permissão, todos deveriam ser aprovados pelo Egito, por Israel, pelos EUA e pelo emirado do Qatar, mediando junto ao Hamas. O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, falou com seu homólogo egípcio na semana passada.". A este grupo que aguardava a liberação na fronteira, somam-se 1.410 repatriados pela Força Aérea Brasileira (FAB). Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que 32 pessoas do grupo que aguardava a liberação conseguiram sair da zona de conflito, com previsão de chegada ao Brasil em 13/11/2023. Segundo a matéria, os brasileiros foram recepcionados no Cairo por militares da FAB, receberam atendimento médico e psicológico e descansaram. Além disso, ao chegarem no Brasil, provavelmente, iriam ficar em alojamentos da FAB em Brasília. (Folha de S. Paulo - Política - 11/11/23; Folha de S. Paulo - Mundo - 11/11/23; O Estado de S. Paulo - Internacional - 13/11/23)

7- Exército restaura Ford Galaxie 500 do ex-presidente Juscelino Kubitschek

Em reportagem, o *Correio Braziliense* noticiou que o carro que pertenceu ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, Ford Galaxie 500, foi restaurado pelo 16º Batalhão de Logística do Exército e já retornou ao Memorial JK. Segundo o *Correio*, o trajeto foi feito em cerimônia, iniciando-se no Setor Militar Urbano, área do quartel-general do Exército, na Praça dos Cristais, seguindo para a Esplanada dos Ministérios e terminando no Memorial JK. O periódico informou ainda que, em 2010, o Exército também foi responsável por fazer a revitalização do carro. De acordo com o tenente-coronel Tibério Figueiredo, o 16º Batalhão sugeriu a manutenção porque o Ford Galaxie 500 sofreu alguns desgastes por ficar guardado em uma cúpula de alta temperatura. Ademais, o comandante militar do Planalto, Ricardo Piai Carmona, afirmou que essa manutenção "é um bem para o Brasil". Por fim, o *Correio* destacou que o Batalhão contou com a ajuda de Flávio Noronha, advogado e antigo mobilista, que relatou que ele e seu agrupamento possuem "um compromisso histórico de manter viva a memória e a imagem do Brasil na Força Expedicionária Brasileira". (Correio Braziliense - Cidades - 13/11/23)

8- Governador do Paraná pretende manter projeto de escolas cívico-militares

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* noticiou que o governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior (PSD), conhecido como Ratinho Junior, pretende continuar com o projeto de passar 130 escolas estaduais para o modelo cívico-militar. Segundo o periódico, o Ministério da Educação do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu não dar seguimento com o projeto em âmbito federal, enquanto que o governo do Paraná resolveu manter o plano. Dessa forma, no final de novembro haverá uma votação para a comunidade escolar paranaense expressar a aceitação ou não do programa. A *Folha* também destacou que as escolas cívico-militares possuem um uniforme específico, presença de monitores do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários e uma carga horária diferenciada, com mais aulas de Matemática, Português, Civismo e Cidadania. Além de que, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação, entre 2019 e 2020, comparando com o desempenho dos alunos de escolas regulares e integrais, os alunos de escolas cívico-militares tiveram notas maiores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (Folha de S. Paulo - Política - 13/11/23)

9- Exército nega ter protegido acampamento golpista e CGU afirma que a instituição está omitindo informações

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o Exército nega a alegação de que teria utilizado viaturas blindadas para proteger o acampamento dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e para impedir a Polícia Militar (PM) de entrar. Segundo a *Folha*, a instituição afirmou não ter ido contra nenhuma ordem judicial e que os blindados foram usados com o intuito de transportar os membros da Força até o local e para impossibilitar a entrada e saída do acampamento. Em contrapartida, o periódico destacou que os veículos de combate localizados na entrada do setor militar impossibilitaram a PM de agir. De acordo com a reportagem, a Controladoria-Geral da União não ficou satisfeita com a resposta do Exército e pediu documentos que comprovem suas alegações. A respeito disso, a CGU afirmou que a Instituição não enviou os documentos e, por isso, decidiu obrigar o Exército a informar, no prazo de 15 dias, de quem saiu a ordem para a utilização dos blindados. Por fim, a exigência não foi cumprida. (Folha de S. Paulo - Política - 13/11/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abraão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Isabelle Costa
Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar